



## Defensoria Pública

Serviço Público Estadual  
Rua Pedro Lessa, s. nº Canela, Salvador - BA  
CEP 40110-060

I- A genitora dos menores conviveu com o Requerido por cerca de 16 anos, advindo daí o nascimento de dois filhos, certidões anexas.

II- Os pais dos menores estão separados há três anos e o Requerido em nada colabora para o sustento dos filhos, mesmo sabendo que a genitora não tem condições de arcar com as despesas próprias e mais as dos menores, inclusive pagamento de aluguel, pois não possui emprego fixo e apenas trabalha vendendo algumas peças de roupas. Acrescenta que os menores estudam e, embora seja a escola pública, documentos anexos, eles têm despesas com fardamento, material, transporte, etc.

III- O Requerido, por sua vez, mora em casa própria e é autônomo, exercendo a profissão de fotógrafo laboratorista- J. Neves Video e Foto (Ladeira da Palma-n.01-Barroquinha- nesta), tendo condições de ajudar, efetivamente, para a manutenção dos filhos, evitando que eles passem maiores privações. Salienta que o Requerido, à época da convivência, mantinha a casa com sua atividade de fotógrafo.

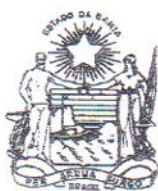
Pelo exposto, com base nos artigos 396 e 340 do Código Civil, bem como na Lei 5.478/68, propõe a presente ação, devendo-se proceder a citação do Requerido para que, querendo, concilie ou conteste, sob pena de revelia. Requer ainda sejam de logo fixados os alimentos provisórios em três salários mínimos, com depósito a ser efetuado em nome da genitora dos menores, em conta a ser aberta por determinação de V.Exa.. Ao final, após ouvida do Representante do Ministério Público, seja a ação julgada PROCEDENTE, condenando o Requerido ao pagamento dos alimentos definitivos, valor não inferior aos provisórios, bem como nas custas processuais e honorários advocatícios.

Protesta e requer por todos os meios de prova em Direito admitidos, como depoimento pessoal do Requerido, sob pena de confissão, juntada de documentos, ouvida de testemunhas, etc.

Dá à causa o valor de R\$ 6.480,00, para efeitos fiscais.

Pede Deferimento  
Salvador, 06 de maio de 2002.

Defensora Pública - OAB- 8541



TP PROCESSO:  
NR. PROCESSO: 140729068305  
TP CARTORIO:  
CLASSE:  
TP DISTRIBUIÇÃO:

## Defensoria Pública

Serviço Público Estadual  
Rua Pedro Lessa, s/nº Canela, Salvador - BA  
CEP 40110-060

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DA CAPITAL.

## PETIÇÃO ALIMENTOS

~~CANDIDO CONCEIÇÃO FILHO~~, menores púberes, assistidos pela genitora ~~VILMA DE SOUZA OLIVEIRA~~, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Rua Teófilo Falcão, n. 27, Vila Matos- Rio Vermelho, nesta ( referência - Padaria São Jorge), por sua advogada infra-firmada, integrante do quadro da Defensoria Pública do Estado, situada na Rua Pedro Lessa, s/n, Canela, constituída na forma da Lei Complementar 80/94, vem, perante V. Exa., requerer **AÇÃO DE ALIMENTOS** contra **CANDIDO CONCEIÇÃO FILHO**, brasileiro, solteiro, autônomo- fotografo laboratorista, residente na Rua Teófilo Falcão, n. 15- Vila Matos- Rio Vermelho, nesta (referência- a mesma), expondo o seguinte:

Inicialmente, requer o benefício da justiça gratuita, com base nas Leis 1060/50 e 7510/86, por não ter condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento.

Lei Complementar 80/94 - artigo 128: São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado, dentre outras que a lei local estabelecer: \*inciso XI - representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

\*\*inciso I- receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos.